

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	IX
Prefácio	XI
1 Introdução	1
2 Capítulo 1 – O Acesso à Justiça Como Direito Humano e Direito Fundamental nos Ordenamentos Jurídicos Português e Brasileiro: Considerações Necessárias	3
2.1 A delimitação do conceito de acesso à justiça. Afim de contas: como se traduz o acesso à justiça?	4
2.2 O acesso à justiça nos diferentes paradigmas constitucionais: do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito	9
2.3 Acesso à justiça como direito humano. A consolidação de normas internacionais na proteção e promoção do acesso à justiça no pós-guerra: o enfoque nas normas europeias	21
2.3.1 As decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) e pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH): a proteção e a consolidação do direito de acesso efetivo à justiça no âmbito europeu	30
2.3.1.1 O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) e o direito de acesso efetivo à justiça no âmbito europeu.....	31
2.3.1.2 O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) e o direito de acesso efetivo à justiça no âmbito europeu	36

2.3.1.2.1 O TEDH e o direito de acesso efetivo a um organismo de resolução de litígios (acesso à justiça sob o prisma da porta de entrada dos tribunais).....	39
2.3.1.2.2 O TEDH e o direito a uma decisão em prazo razoável (acesso à justiça sob o prisma da porta de saída do Poder Judiciário)	41
2.4 O acesso à justiça como direito fundamental no ordenamento jurídico português: reflexões centrais em torno da norma do art. 20 da CRP/1976	44
2.5 O Acesso à justiça como direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro	51
3 Capítulo 2 – As Barreiras ao Acesso Efetivo à Justiça e a Busca de Soluções para a Transposição Destes Obstáculos: Uma Análise a Partir das Ondas Renovatórias Descritas por Mauro Cappelletti no Projeto Florença	59
3.1 Os custos do processo e o maior impacto nas pequenas causas: o acesso à justiça contra a pobreza econômica (reflexões em torno da 1ª onda renovatória do Projeto de Florença)	61
3.1.1 A barreira da demora na tramitação processual e afetação mais intensa das pessoas em situação de insuficiência econômica	68
3.2 O problema da proteção efetiva dos direitos difusos e coletivos: o acesso à justiça contra a “pobreza organizativa” das partes (reflexões em torno da 2ª onda renovatória do Projeto de Florença)	70
3.3 O enfoque no acesso à justiça e a resolução alternativa de conflitos: reflexões em torno da terceira onda renovatória do Projeto de Florença	79

4 Capítulo 3 – A Implementação e o Desenvolvimento dos Modelos de Assistência Jurídica Gratuita às Pessoas em Situação de Insuficiência Econômica e seus Reflexos no Direito de Acesso Efetivo à Justiça	89
4.1 A realidade brasileira de assistência jurídica gratuita às pessoas em situação de insuficiência econômica: a evolução histórica e a institucionalização da Defensoria Pública na orientação e defesa jurídica dos hipossuficientes com o advento da CRFB/1988	100
4.1.1 Os beneficiários e as condições de elegibilidade para ter acesso à assistência jurídica gratuita da Defensoria Pública	114
4.1.2 A legitimidade da Defensoria Pública para ajuizamento de ações coletivas: a atuação da instituição brasileira na tentativa de superar o obstáculo econômico (assistência jurídica aos pobres) e o obstáculo organizativo (defesa de interesses coletivos e difusos) ao acesso à justiça.....	121
4.1.3 A competência para o deferimento do pedido de assistência jurídica gratuita e do pedido de gratuidade de justiça no ordenamento jurídico brasileiro	125
4.1.4 A atuação judicial da Defensoria Pública quanto à natureza das matérias: as peculiaridades do modelo federativo e as limitações da atuação da Defensoria Pública da União na Justiça do Trabalho	128
4.1.5 A Defensoria Pública e a amplitude nas atribuições da instituição quanto aos tipos de prestações: a atuação extrajudicial, a informação e a orientação jurídica, a educação em direitos e a promoção dos direitos humanos	129

4.2 O sistema de proteção jurídica na realidade portuguesa: a evolução histórica do apoio judiciário às pessoas em situação de insuficiência econômica em Portugal e os avanços posteriores ao constitucionalismo democrático-social de 1976.....	135
4.2.1 Os beneficiários e as condições de elegibilidade para ter acesso à proteção jurídica em Portugal	144
4.2.1.1 A polémica em torno do apoio judiciário às pessoas coletivas com fins lucrativos e os estabelecimentos de responsabilidade limitada no ordenamento jurídico português	148
4.2.2 A proteção jurídica dos interesses coletivos ou difusos no ordenamento jurídico português.....	153
4.2.3 A competência e o procedimento para o deferimento do pedido de apoio judiciário no modelo português: a decisão, em processo administrativo extrajudicial, pelos serviços da Segurança Social.....	154
4.2.4 A proteção jurídica e atuação quanto à natureza das matérias: o apoio judiciário em processos penais e processos não penais.....	158
4.2.5 Os tipos de prestações e a extensão do sistema de acesso ao direito e aos tribunais às pessoas em situação de insuficiência econômica em Portugal.....	162
4.3 Os desafios do acesso à justiça e dos modelos português e brasileiro de proteção jurídica às pessoas em situação de insuficiência econômica em um contexto de escassez de recursos.....	169
5 Considerações Finais	183
Referências	195